



**Universidade Federal  
de Campina Grande**

**COMPROV**

Comissão de Processos Vestibulares



# P S T V

## 2008.1

### **RECOMENDAÇÕES IMPORTANTES:**

1. Este Caderno contém 60 questões, todas de **múltipla escolha** (numeradas em algarismos arábicos). Confira a numeração das questões e o número de páginas, antes de responder a prova. Em caso de falhas na impressão ou falta de alguma questão, solicite imediata substituição do Caderno.
2. Cada questão de **múltipla escolha** contém apenas uma alternativa correta.
3. **Preencha, na folha de respostas (Folha de Leitura Óptica), o espaço correspondente à alternativa escolhida, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.**
4. Não é permitida a utilização de **nenhum** material de consulta que não seja o fornecido pela COMPROV.
5. Durante a prova o candidato **não deverá levantar-se ou comunicar-se** com outros candidatos.
6. **A duração da prova é de três horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da Folha de Leitura Óptica.
7. O **candidato será avisado** de que o tempo de prova estará chegando ao final, **quando faltarem 30 minutos**.
8. **Permanecer** na sala onde realiza a prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas**.
9. **Deixar o local de prova com o seu gabarito**, no mínimo, após **2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos** do início da prova.
10. A **desobediência** a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções ou na folha de respostas poderá implicar na **anulação da prova** do candidato.

RASCUNHO

P S T V - 2 0 0 8 . 1

# LÍNGUA PORTUGUESA

Responda as questões de 1 a 12, de acordo com o texto I.

## A ética dos pequenos atos

1 O que a história real de um político que fura a fila nos ensina sobre liderança

É incrível como aprendemos sobre pessoas usando a técnica da “observação passiva”. Trata-se, simplesmente, de prestar atenção ao comportamento humano, especialmente nas pequenas coisas, sem interferir. Tive recentemente uma experiência com a qual pude aprender sobre coerência de conduta. Eu estava na sala de embarque do aeroporto. Também estava ali um conhecido e controvertido político, desses que passam a maior parte do tempo dando explicações sobre suspeita de corrupção.

Quando o funcionário anunciou o embarque, recomendou que se apresentassem primeiro os passageiros das filas 15 a 28. Os demais deveriam esperar. É uma técnica para agilizar a operação. Como eu estava na fileira 12, esperei. O político, porém, foi o primeiro a se postar no portão de embarque. Certamente estava no fundo do avião, pensei. Entretanto, quando entro no avião, ele está sentado em uma das primeiras poltronas.

10 Durante o voo refleti sobre o episódio. Por que o fato me incomodava? Ele não havia atrapalhado a viagem, nem comprometera a segurança. Sim, mas, por menor que seja, o descumprimento a uma norma de conduta – ponderei – constitui uma contravenção. Pequena, inocente e até insignificante, mas mesmo assim, uma contravenção. Do episódio sobram uma constatação e um aprendizado. A constatação: certamente, para ele, o negócio é levar vantagem, mesmo descumprindo as normas, do avião ou da República. O aprendizado: a ética nas grandes coisas começa nas pequenas. As pessoas agem no atacado como no varejo. Creia, você é observado nas pequenas coisas – positivas e negativas –, principalmente se for o líder de um grupo. Sempre alguém notará as sutilezas de seu comportamento cotidiano e pensará: “Ele é assim”.

20 Para terminar a história do político, o motorista que me apanhou no aeroporto era seu eleitor e fã, a ponto de emocionar-se ao vê-lo. E comentou: “Ele é um bom político – rouba, mas faz”. O que me levou a perguntar-lhe: “O senhor acha que ele poderia fazer sem roubar?”. “Mas ele é um político... São todos assim”, ponderou. Esse conceito conformista explica muita coisa. Segundo ele, quem detém o poder, e pode ajudar os outros, fica livre de freios morais, aplicáveis aos que dependem de sua compaixão.

Não se trata disso, e sim de obrigação. Ele foi eleito para cuidar dos interesses da sociedade, e não dos seus próprios. Sobre isso, diria Platão: “Ética sem competência não se instala. Competência sem ética não se sustenta”. A não ser, é claro, que levar vantagem em tudo seja um traço cultural, o que significaria apunhalar a meritocracia. E isso não convém a ninguém que considere a ética um valor, especialmente se for um líder.

(Eugenio Mussak – Você S/A – novembro de 2006, p. 114)

**01** - Julgue verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmações dadas, considerando a elaboração do texto.

I - O objetivo do autor é denunciar os abusos de poder cometidos pelo político corrupto, tanto no aeroporto como na sua função pública.

II - O relato de uma história real legitima os argumentos do autor, na discussão sobre ética e liderança.

III - A utilização de períodos sintáticos curtos (l.7,10,14 e 21) auxilia na construção da argumentação do autor.

IV - A constatação (l.13) e o aprendizado (l.14) representam uma conclusão do autor sobre o episódio do aeroporto.

A seqüência correta é:

a) V F V F   b) F V V F   c) F F V V   d) V V F F   e) F V F V

**02** - Assinale a alternativa em que o grupo de termos e/ou expressão é exemplo do registro lingüístico formal.

a) “É incrível” (l.2), “grandes coisas” (l.14) e “comprometera” (l.11).

b) “comprometera” (l.11), “não convém” (l.23) e “se apresentassem” (l.6).

c) “grandes coisas” (l.14), “não convém” (l.23) e “é claro” (l.22).

d) “ponderou” (l.19), “É incrível” (l.2) e “negócio” (l.13).

e) “é claro” (l.22), “comprometera” (l.11) e “se apresentassem” (l.6).

**03** - Assinale a alternativa cuja palavra em destaque expressa a opinião do autor.

- a) "Trata-se, simplesmente, de prestar atenção..." (I.2-3)
- b) "... pude aprender sobre coerência de conduta." (I.4)
- c) "Estava ali um conhecido e controvertido político, desses..." (I.4-5)
- d) "... constitui uma contravenção." (I.11-12)
- e) "...o negócio é levar vantagem". (I.13)

**04** - Assinale a alternativa correta sobre a organização seqüencial do texto:

- a) "Para terminar a história do político,... ao vê-lo." (I.17-18) é uma seqüência argumentativa, cuja função é convencer o leitor.
- b) "A constatação: certamente, para ele, é... da República." (I.13-14) é uma seqüência argumentativa, cuja função é expressar a opinião do autor.
- c) "Sim, mas, por menor... contravenção." (I.11-12) é uma seqüência narrativa, predominante no texto, pois o autor conta a história de um político corrupto.
- d) "É uma técnica... operação." (I.7) é uma seqüência narrativa, presente no relato feito pelo autor sobre o político.
- e) "Entretanto, quando entro no avião..." (I.8) é uma seqüência narrativa e fundamenta a argumentação do autor.

**05** - Relacione as colunas abaixo, de acordo com os sentidos que a palavra "coisa" estabelece no texto e, depois, assinale a seqüência correta.

- |                         |                          |
|-------------------------|--------------------------|
| <b>1) coisas (I.3)</b>  | <b>( ) ato</b>           |
| <b>2) coisas (I.14)</b> | <b>( ) ação</b>          |
| <b>3) coisa (I.19)</b>  | <b>( ) negócio</b>       |
|                         | <b>( ) acontecimento</b> |
|                         | <b>( ) fato</b>          |

- a) 2, 1, \_, 3, \_.
- b) 2,\_, 3, 1, \_.
- c) 2,\_, 3, \_, 1.
- d) \_, 1,\_, 3, 2.
- e)\_, 2, 3, \_, 1.

**06** - A leitura do texto permite inferir que

- a) a citação de Platão (I.22) corrobora a tese sustentada pelo autor e justifica os relatos apresentados no texto.
- b) a meritocracia deve ser justificada por ser um traço cultural dos brasileiros e, conseqüentemente, deve ser respeitada.
- c) as expressões "levar vantagem em tudo" (I.23) e "apunhalar a meritocracia" (I.23) convergem para o mesmo sentido no parágrafo.
- d) a idéia de liderança apresentada implicitamente no texto faz referência somente ao político, por ser um líder em seu cargo público.
- e) o uso de "É incrível" (I.2) e "Ele foi eleito para cuidar... próprios." (I.21), representando opiniões, são exemplos da estrutura sintático-semântica do gênero artigo de opinião.

**07** - Assinale a alternativa em que o autor utilizou uma paráfrase.

- a) "Sempre alguém notará... é assim'." (I.15-16)
- b) "Sobre isso, diria Platão: 'Ética sem competência... se sustenta.'" (I.22)
- c) "O aprendizado: a ética... nas pequenas." (I.14)
- d) "Segundo ele, quem detém o poder, e... de sua compaixão." (I.19-20)
- e) "Para terminar a história do político, o motorista... ao vê-lo." (I.17-18)

**08** - Considerando as relações sintático-semânticas do texto, analise a mudança do discurso direto (I.18-19) para o indireto, e depois, julgue como certas (C) ou erradas (E) as sentenças dadas.

- I - O motorista comentou que ele era um bom político e que roubava, mas faria.
- II - Eu perguntei se o motorista achava que o político poderia fazer algo sem roubar.
- III - O motorista alegou que ele era um bom político, que roubava, porém fazia.
- IV - Eu perguntei se ele achou que o político faria algo sem roubar.

- a) C E E C
- b) C C E E
- c) C E C E
- d) E C E C
- e) E C E E

09 - Analise o uso do *que* nas sentenças abaixo, e marque as afirmações verdadeiras.

I - "...com a qual..." (I.4) tem como antecedente "uma experiência" (I.3).

II - "...que..." (I.5) faz referência a "político" (I.5).

III - "...que..." (I.6) tem como referente "os passageiros das filas 15 a 28" (I.6)

IV - "...que..." (I.17) refere-se ao termo "motorista" (I.17).

V - "...que..." (I.20) tem como antecedente "os outros" (I.20).

VI - "...que..." (I.22) refere-se a "um traço cultural" (I.23).

VII - "...que..." (I.23) faz referência à palavra "ninguém" (I.23).

São verdadeiras:

- a) I, IV, e VII      b) I, II, V e VI      c) Apenas I e VII  
d) I, III, IV e VI      e) IV, V e VII

10 - Sobre o uso do travessão nas linhas 15 e 18, é correto afirmar:

a) Os dois usos obedecem à mesma regra de pontuação, cujo objetivo é separar um apostro.

b) Os travessões (I.15) poderiam ser substituídos por vírgulas, uma vez que separam uma expressão intercalada.

c) O travessão da linha 18 funciona como uma vírgula, pois representa uma pausa da língua falada.

d) O travessão da linha 18 possui a mesma função de uma vírgula, pois separa uma oração coordenada.

e) Os travessões (I.15) não poderiam ser substituídos por vírgulas, pois intercalam uma oração coordenada.

11 - Considerando as regras de regência verbal e nominal, julgue verdadeiras (V) ou falsas (F) as proposições.

I - A expressão "nas pequenas coisas" (I.3) é regida por "comportamento humano" (I.3), por ser o termo mais próximo.

II - A palavra "a" (I.11) que é regida por "descumprimento" (I.11) está sendo usada na norma culta.

III - As preposições "de" (I.2) e "sem" (I.3) são regidas pelo verbo pronominal "trata-se".

IV - O termo "ao" (I.18) deveria ser substituído por "quando" para manter-se a regência correta do verbo "emocionar-se" (I.20), nesse contexto.

A seqüência correta é:

- a) V V F F      b) V F V F      c) V V F V  
d) F V V F      e) F V F F

12 - Assinale a alternativa INCORRETA em relação aos aspectos coesivos do texto.

a) O termo "liderança" (I.1) não pode ser retomado explicitamente no texto e nem no título.

b) O termo "técnica" (I.7) é retomado no início do parágrafo, quando o autor inicia o relato de sua experiência.

c) O termo "desses" (I.5), mesmo estando na forma plural, é retomado por "um conhecido e controvertido político" (I.4 e 5).

d) O termo "sua" (I.20) é retomado pelo termo substantivado mais próximo "outros" (I.20).

e) O termo "assim" (I.19) é retomado implicitamente pelas formas verbais "rouba" (I.18) e "roubar" (I.19).

Responda as questões de 13 a 20 com base no texto II.

TEXTO II

Pela celeridade da justiça criminal

1  
Muito se fala, em tempos de crise como a que vivemos (uma paradoxal crise crônica?), na necessidade de se promover mudanças na legislação, de modo a torná-la mais moderna, ágil e eficiente, sobretudo para cumprir a função de punir os que violam, de modo intolerável, as normas de convivência humana.

Reclama-se, para a justa pretensão de reduzir o grau de violência urbana, uma reforma do Código Penal, como se, num passe de mágica, o aumento de penas e a criação de novos crimes pudessem eliminar um problema que finca suas raízes mais profundas na desestruturação da sociedade moderna, particularmente nas instituições de controle informal dos conflitos (família, religião, vizinhança, escola etc.). De outra angulação, pretende-se transferir para o sistema penitenciário, comprovadamente ineficaz na tarefa de civilizadamente punir criminosos, o descaso com que são tratadas as medidas sócio-educativas da justiça menorista, de que resulta o descrédito no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na verdade, se a decisão é reformar a legislação, o principal alvo deve ser o Código de Processo Penal. Por quê? Porque é esse conjunto de regras que dita a velocidade da persecução penal, principalmente por meio dos seus procedimentos, que podem refletir um modelo mais burocrático e pesado ou serem mais receptivos a critérios de oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, como é o caso dos Juizados Especiais Criminais.

Afirmo que a causa de maior retardamento, na tarefa estatal de punir infratores da lei penal, reside na fase terminal do processo, marcada pelo prolongamento demasiado da solução definitiva do litígio, por conta do manejo de diversos recursos criados pela arcaica tradição do direito lusitano, mantida graças ao espírito conservador que caracteriza o mundo dos juristas.

(Rogério Schietti, Revista Consulex – ANO XI – nº 250, p. 66, de 15/10/2007, adaptado).

13 - Assinale a alternativa que apresenta o grupo de palavras-chave que resume a discussão central do texto:

- a) Celeridade no processo judiciário – persecução da sentença – arcaísmo.
- b) Mudança na legislação – Estatuto da Criança e do Adolescente – fase terminal do processo.
- c) Celeridade no processo judiciário – Código Penal – conservadorismo.
- d) Lentidão no processo judiciário – justiça criminal – persecução da sentença.
- e) Mudança no judiciário – Código Penal – Estatuto da Criança e do Adolescente.

14 - Assinale com V ou F as proposições consideradas verdadeiras ou falsas em relação ao texto.

- I. As medidas para a redução da violência estão necessariamente relacionadas à mudança do Código Penal.
- II. Através de mudanças no Código Penal se resolverá o problema da morosidade na justiça.
- III. Uma das causas da lentidão no judiciário está na desestruturação do sistema penitenciário.
- IV. O sistema penitenciário tem dificuldade em aplicar o Código Penal devido às inadequações da persecução penal.
- V. O manejo de recursos mantido na tradição judiciária está de acordo com o Código Penal vigente.

A seqüência correta é:

- a) F V F V F      b) F F V F V      c) V V F F F
- d) V F F F V      e) F V F F V

15 - Os termos “direito lusitano” (l.32) e “persecução penal” (l.23) apresentam uma relação de sinonímia com:

- a) Direito português – processo penal.
- b) Direito brasileiro – perseguição penal.
- c) Direito português e brasileiro – execução penal.
- d) Direito português e romano – deliberação da pena.
- e) Direito romano – processo penal.

16 - A expressão “De outra angulação ..” (l.13-14) marca no texto uma:

- a) Conclusão argumentativa.
- b) Oposição argumentativa.
- c) Síntese argumentativa.
- d) Progressão textual narrativa.
- e) Exemplificação argumentativa.

17 - Julgue certas (C) ou erradas (E) as assertivas abaixo em relação ao texto:

- I - A presença de seqüências expositivas e narrativas determina o gênero artigo de opinião.
- II - As seqüências tipológicas expositivas e argumentativas estão compatíveis com o gênero.
- III - Ao declarar a expressão “afirmo que...” (l-28) o autor se utiliza de um recurso lingüístico que evidencia sua autoridade no assunto.
- IV - O texto está escrito em registro lingüístico formal, incluindo termos técnicos.
- V - O registro lingüístico característico do texto é o formal independente dos discursos que nele estão presentes.

A seqüência correta é:

- a) C-C- E- C- C      b) E- C- E- E- C      c) C- C- E- C- E
- d) E- C- C- C- E      e) E- C- E- C- E

18 - Assinale a alternativa cujas palavras pertencem ao mesmo grupo quanto ao processo de formação:

- a) Menorista – arcaísmo – persecução.
- b) Processual – celeridade – aumento.
- c) Desestruturada – intolerável – descaso.
- d) Informal – prolongamento – promover.
- e) Jurista – intolerável – infratores.

19 - Considerando o sentido semântico-discursivo das palavras, em destaque, no enunciado “... sobretudo para cumprir a função...” (l.4), podemos afirmar que é uma (um):

- a) Preposição que pode ser substituída por “essencialmente” e aponta uma avaliação do autor sobre a importância de se fazer alterações na lei.
- b) Conjunção e pode ser substituída por “contudo”, demonstrando a opinião contrária à morosidade da justiça.
- c) Conjunção que pode ser substituída por “embora” e indica uma tolerância da lei em relação aos infratores.
- d) Advérbio que pode ser substituído por “imediatamente” e indica a opinião do autor a respeito da mudança na legislação.
- e) Advérbio que pode ser substituído por “principalmente” e enfatiza a opinião geral em relação às leis brasileiras.

20 - Assinale as proposições corretas em relação ao texto.

I - Em "... como a que vivemos..." (l.1), o pronome "a" refere-se a "crise" e contribui para o encadeamento dos enunciados.

II - Em "... a critérios de oralidade..." (l.25-26), a preposição "a" relaciona receptivo a "critérios", constituindo um exemplo de regência nominal.

III - Em "... a velocidade da persecução penal..." (l.22-23), o artigo "a" demonstra que o substantivo a que se refere está determinado.

IV - Em "... para a justa pretensão..." (l.7), o artigo "a" está determinando a palavra "justa".

Estão corretas:

- a) I, IV                      b) II, III, IV                      c) I, II, III  
d) II, III                      e) I, II

21 - Leia o seguinte fragmento retirado da segunda parte (aqui não apresentada) do texto em estudo, "Pela celeridade da justiça criminal", no qual Rogério Schietti afirma:

"(...)Ao acusado, em processo criminal, deve-se assegurar a oportunidade de submeter a decisão desfavorável ao crivo de outros juízes, mas isso não pode implicar o direito de eternizar o conflito por meio de sucessivos recursos, amiúde interpostos com nítido objetivo procrastinatório."

A ÚNICA alternativa que pode ser considerada paráfrase do enunciado lido é:

- a) É assegurado ao acusado, em processo criminal, a concessão de recorrer da sentença sem a preocupação com o tempo, já que ele tem direito de impetrar vários recursos na justiça.  
b) O acusado tem o direito de submeter a decisão desfavorável à apreciação de outras instâncias mesmo que isso prolongue indefinidamente a decisão judicial.  
c) É comum, em processo criminal, conseguir a avaliação de outros juízes sobre a sentença, para através de vários recursos, ganhar tempo no processo criminal.  
d) Há na justiça a idéia amplamente difundida de que o acusado deve entrar com vários recursos em outras instâncias jurídicas para conseguir, com isso, ganhar tempo, adiando a sentença.  
e) O direito que o acusado tem de submeter a sentença desfavorável à análise de outro magistrado não lhe exime de fazê-lo sem pretensões claras de retardamento da sentença final.

22 - Assinale V (verdadeiro) ou F (falso) os enunciados quanto ao emprego correto da concordância verbal:

I - Restringir as hipóteses de cabimento dos recursos especial e extraordinário, que obstrui a pauta dos tribunais é necessário.

II - Os tribunais se vêem obrigados a retomar discussões de secundária importância já esgotadas pelas vias ordinárias.

III - Providência menos difícil de serem implementadas são a abolição de pedido de recursos intermináveis e a mudança do código penal.

IV - O autor de um crime bárbaro não poderá ser recolhido ao cárcere para iniciar sua pena até que tenham sido julgados todos os recursos cabíveis.

A seqüência correta é:

- a) F- V- V- F                      b) F- V- F- V                      c) V- F- V- F  
d) V- V- F- V                      e) F- F- V- V

23 - Relacionando as temáticas dos textos I e II, analise as assertivas a seguir e marque a(s) correta(s).

I - Os dois textos discutem o tema ética e convivência humana, sob perspectivas diferentes: poder judiciário e poder legislativo.

II - O trecho do texto II que se associa ao texto I é "...sobretudo para cumprir...humana." (l.4-6).

III - O trecho "Cria, ... se for o líder do grupo." do texto I (l.15) pode ser usado como argumento contrário ao primeiro parágrafo do texto II.

IV - Os dois textos tratam de assuntos bastante diferentes: o texto I, de ética na política, e o texto II, de justiça criminal.

Está(ão) correta(s):

- a) I, II e III                      b) III e IV                      c) Apenas II  
d) Apenas IV                      I e II

24 - Encadeie os enunciados abaixo, estruturando o fragmento de texto de José Pastore, retirado da Revista Jurídica Consulex -, Ano XI- Nº 252, de 15/julho/2007.

- ( ) Mas a solução? O que fazer para entregarmos aos nossos filhos e netos uma nação mais sadia?
- ( ) Para tanto, há que se dispor de agências aparelhadas e dedicadas à prevenção, ao combate e à educação contra a corrupção.
- ( ) No meio da avalanche dos escândalos no setor público, o que não falta é diagnóstico.
- ( ) Está aí o começo de um longo processo de moralização.
- ( ) As agências são criadas por lei e possuem orçamento independente.
- ( ) Importante: as agências promovem campanhas educativas o tempo todo, difundindo valores éticos.
- ( ) Como o diabetes, a corrupção não tem cura, mas precisa ser combatida diariamente.

A seqüência correta é:

- a) 6- 2- 5- 7- 3- 4- 1
- b) 2- 7- 1- 6- 5- 3- 4
- c) 2- 5- 1- 3- 6- 7- 4
- d) 2- 4- 1- 7- 5- 6- 3
- e) 5- 2- 6- 7- 3- 4- 1

25 - Assinale a alternativa cujas palavras apresentam a mesma regra de acentuação:

- a) Penitenciária - jurídico - critério.
- b) Penitenciária - violência – litígio.
- c) Descrédito - critério - jurídico.
- d) Espírito - mérito - litígio.
- e) Juizes - ágil - jurídico.

26 - Assinale a alternativa que apresenta a pontuação adequada para o fragmento do texto “Os direitos do homem e das suas criaturas” de Ronaldo R. de Britto Poletti, Revista Consulex – An- XI – Nº 252 – 15 de julho /2007:

- a) “... um conceito de homem, deduzido da grande síntese que o cristianismo representa do ponto de vista da cultura, parece ser o mais universal possível. A partir dele, desse legado do ocidente cultural, consubstanciado no homem-pessoa, será possível evidenciar os direitos humanos.”
- b) “... um conceito de homem deduzido da grande síntese, que o cristianismo representa do ponto de vista da cultura, parece ser o mais universal possível. A partir dele, desse legado do ocidente cultural, consubstanciado no homem-pessoa será possível evidenciar os direitos humanos.”
- c) “... um conceito de homem, deduzido da grande síntese que o cristianismo representa do ponto de vista da cultura, parece ser o mais universal possível. A partir dele, desse legado do ocidente cultural consubstanciado no homem-pessoa será possível, evidenciar os direitos humanos.”
- d) “... um conceito de homem, deduzido da grande síntese que o cristianismo representa do ponto de vista da cultura parece ser, o mais universal possível; a partir dele, desse legado do ocidente cultural, consubstanciado no homem-pessoa, será possível evidenciar os direitos humanos.”
- e) “... um conceito de homem deduzido, da grande síntese que o cristianismo representa do ponto de vista da cultura parece ser: o mais universal possível. A partir dele, desse legado do ocidente cultural consubstanciado no homem-pessoa, será possível evidenciar os direitos humanos.”



Responda às questões 27 a 34 de acordo com o texto III.

Diário Eletrônico

“Os editais, noticiários, despachos do juiz, enfim, todo o expediente forense poderá ser levado ao conhecimento dos interessados através da internet. O fato é auspicioso na medida em que contribui para a agilidade dos serviços judiciários.”

Por ANTONIO PESSOA CARDOSO

1 Os princípios da instrumentalidade do processo, da liberdade das formas, da simplicidade e oralidade consagrados no CPC, arts.154 e 244, e na Lei nº9.099/95; a citação, intimação ou notificação da pessoa jurídica ou firma individual por telex ou fax, consentida desde 1991, inciso IV do art.58 da Lei nº8.245; a intimação e a petição por fax ou similar e por meio eletrônico, Leis nºs 10.259/01 e 9.800/99, não foram suficientes para convencer os operadores do Direito da implementação do uso da informática nos  
5 serviços judiciais.

Ainda hoje, pelo Brasil afora, o Judiciário usa a máquina de escrever, ou quando muito o computador, apenas para digitar textos, sem utilização dos avanços tecnológicos da internet. Nem se fala sobre a experiência vitoriosa em outros segmentos da atividade, a exemplo do bancário, receita federal, educação, saúde, etc.

Bem verdade que o STF, STJ, Justiça Eleitoral, Justiça Federal, Trabalhista e pioneiros tribunais estaduais souberam aproveitar as  
10 concessões dos preceitos legislativos acima enumerados, antes mesmo da edição da Lei nº11.419/06. (...)

O conservadorismo dos operadores do Direito, aliado à falta de vontade, dificultou a aplicação, até mesmo literal, dos arts.154 e 244 do Código de Ritos de 1973. (...)

A Emenda Constitucional nº45, de 8 de dezembro de 2004, que acrescentou o inciso LXXVIII ao art.5º, sedimentou a real necessidade de meios eletrônicos no Judiciário ao dispor que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a  
15 razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Já agora, no final de 2006, lei mais abrangente, nº11.419, explicita, de forma literal e categórica, a indispensabilidade de utilização dos progressos na área de informática para maior eficiência dos serviços judiciários. Quer-se mostrar que o atraso no sistema não se deve à falta de lei.

A divulgação dos atos oficiais da Justiça pelo Diário Oficial Eletrônico, com uso do computador e da internet, em substituição  
20 ao Diário da Justiça, com utilização do papel e dos meios de transporte, oferece aos advogados uma série de vantagens: impossibilidade de extravio da correspondência, comodidade pelo fato de não reclamar deslocamento para ciência do ato, desnecessidade de contratação de empresas para seleção e envio das publicações, além da inexistência de custos, porque gratuito e democrático o acesso ao sistema. Para o Judiciário, além de outros benefícios, racionaliza procedimentos, extingue o “engarramento” de advogados e das partes na busca de informações nos cartórios, simplifica os serviços burocráticos e reduz  
25 custos.

Os editais, noticiários, despachos do juiz, enfim, todo o expediente forense poderá ser levado ao conhecimento dos interessados através da internet. O fato é auspicioso na medida em que contribui para a agilidade dos serviços judiciários, além de diminuir a poluição ambiental causada pela montanha de papéis despejados nas lixeiras dos gabinetes e secretarias, reduzindo despesas administrativas e judiciais. O Diário impresso, no Acre, leva até 20 dias para chegar aos seus destinatários; com mais ou  
30 com menos tempo, isto ocorre nas comarcas do interior de todo o Brasil. Ademais, as tiragens do Diário, em papel, são limitadas e não alcançam todos os pontos deste imenso País.

Espera-se que os tribunais, responsáveis pela aplicação da nova lei, não atrasem na sua regulamentação e tracem procedimentos padronizados para toda a Justiça brasileira.

27 - Julgue certas (C) ou erradas (E), as assertivas seguintes.

- I - A seção da revista e a chamada do texto contribuem para identificar-se o gênero textual publicado.
- II - O propósito do autor, ao escrever o texto, é identificado pela escolha das leis e dos artigos citados e pela escolha dos adjetivos que qualificam as vantagens do que ele defende.
- III - O segundo e o oitavo parágrafos apresentam fatos que fortalecem a opinião do autor.
- IV - O Judiciário brasileiro não é explícito, quando se refere ao uso de textos virtuais em seu âmbito.
- V - A tramitação de textos pela internet não assegura confiabilidade às decisões judiciais.

A seqüência correta é:

- a) E C C E C      b) C C E C C      c) C C C E E  
d) E E C C E      e) C E C E E

28 - Assinale a alternativa em que o fragmento dado denuncia a posição do autor sobre o tópico central do texto.

- a) ...“a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.” (I.14-15)
- b) ...Leis nºs 10.259/01 e 9.800/99 não foram suficientes para convencer os operadores do Direito da implementação do uso da informática nos serviços judiciais. (I.3-4).
- c) O Diário impresso, no Acre, leva até 20 dias para chegar aos seus destinatários. (I.29)
- d) ...lei mais abrangente, nº11.419, explícita, de forma literal e categórica, a indispensabilidade de utilização dos progressos na área de informática para maior eficiência dos serviços judiciários. (I.16-17)
- e) Ainda hoje, pelo Brasil afora, o Judiciário usa a máquina de escrever, ou quando muito o computador, apenas para digitar textos (I.6-7)

29 - Considerando fatores de textualidade e recursos expressivos da linguagem, fundamentais na construção de um texto, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os elementos de coesão do sexto parágrafo tornam esse fragmento do texto incoerente em relação ao que vem sendo explanado e à data do texto.
- b) O recurso à intertextualidade explícita e à hipérbole contribui para a argumentação em favor da idéia do autor.
- c) A citação de inciso no texto funciona como argumento em defesa da adesão à tecnologia digital e à informática nos serviços judiciais.
- d) O encadeamento de segmentos do texto ocorre por meio de elementos lingüísticos no interior dos parágrafos, garantindo o desenvolvimento do tema.
- e) A enumeração é um recurso expressivo da linguagem recorrente no texto, reforçando o ponto de vista do autor.

30 - Analise as relações de sentido dadas e marque as corretas.

- I - *Operadores do Direito* estabelece uma relação sinonímica com *advogado*, profissional a quem o autor incita a aderir aos meios virtuais.
- II - *Expediente forense* estabelece uma relação de sentido com *editais*, *noticiários*, *despachos do juiz*, a qual indica que esses gêneros textuais abrangem *expediente forense*.
- III - De *o fato* (I.27) até *imenso País* (I.31) destaca-se a idéia de contradição na construção do parágrafo.
- IV - O paralelismo gramatical pelo qual se apresentam *vantagens* e *benefícios* (sétimo parágrafo) facilita a compreensão do parágrafo.

Estão corretas:

- a) I, II e IV      b) I e III      c) II e III  
d) II, III e IV      e) I e IV

31 - Analisando a formação dos substantivos *indispensabilidade* (I.16), *impossibilidade* (I.21), *desnecessidade* (I.22) e *inexistência* (I.22) e a idéia principal do texto, pode-se afirmar que os substantivos

- a) formados por derivação prefixal têm sentido negativo, menosprezando os advogados que são avessos à informática.
- b) com prefixos negativos corroboram a idéia da necessidade do uso do computador e seus recursos no setor judicial.
- c) formados por derivação parassintética, com prefixos negativos, reforçam o conservadorismo do Judiciário brasileiro.
- d) com sufixos negativos são fruto de escolha lexical apropriada ao tema do texto.
- e) com sentido negativo provocam ambigüidade em relação à idéia de que se deve usar computador.

32 - Considerando as relações sintático-semânticas das orações, assinale a alternativa correta.

- a) *Isto* (I.30), que funciona como objeto direto, é um elemento de coesão e refere-se ao *Diário do Acre*.
- b) O sujeito de *não atrasem* (I.32) corresponde ao agente principal para que a Lei 11.419 seja regulamentada.
- c) *Da implementação do uso da informática* (I.4), funcionando como objeto indireto, faz referência às leis citadas anteriormente.
- d) O sujeito *operadores do Direito* (I.4) funciona como o agente responsável pela ação de *convencer*.
- e) *Que* (I.13) tem como antecedente *Emenda Constitucional nº45* (I.13) e funciona como objeto direto.

33 - As afirmações abaixo sobre o uso dos sinais de pontuação estão corretas, EXCETO:

- a) O uso dos dois pontos após *vantagens* (l.20) inicia uma enumeração.
- b) *No final de 2006* (l.16) está entre vírgulas, porque explicita o termo anterior.
- c) O uso da vírgula entre *9.800/99* e *não foram* (l.4) está errado, pois não se separa o sujeito do predicado na oração.
- d) O uso do ponto e vírgula no primeiro parágrafo contribui para a compreensão do texto, já que os constituintes da enumeração são extensos.
- e) As aspas no quinto e no sétimo parágrafos denotam uma citação e o uso da palavra em situação não-comum, respectivamente.

34 - Assinale a alternativa em que a concordância verbal foge às regras da gramática normativa.

- a) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam .
- b) O malote digital, a Revista Eletrônica de Jurisprudência, que dispensa autenticação das decisões colegiadas, constituem exemplos de que não era falta de lei.
- c) Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.
- d) Colhem-se nela algumas considerações de interesse, incluindo as relativas a julgamento recente de um *habeas corpus*, pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) A utilização de algemas justificam-se quando houver resistência física à prisão, receie-se a fuga do preso ou seja ele perigoso.

Responda às questões 35 a 38, de acordo com o texto IV.

TEXTO IV

O aplauso fácil e imediato, quando perseguido freneticamente por um governo, pode até ser alcançado, mas corre o risco de colocar o governante como réu perante o tribunal da história e/ou como paciente no divã de um psicanalista.

(José H. Reis Lobo, in *Veja*, 24/10/07, p.59)

35 - Observando a linha argumentativa do texto, julgue as assertivas como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- I - O encadeamento das orações no período demonstra ênfase na atitude do governo e atenuação nos seus efeitos.
- II - A conjunção coordenativa adversativa *mas* indica contrajunção em relação ao que foi afirmado antes.
- III - A procura de aprovação por um governo é motivo de posicionamentos contrários e previsões nefastas.
- IV - O operador argumentativo *mas* denota a oposição do autor à busca descomedida de aprovação de um governo.

A seqüência correta é:

- a) F V V F                      b) V F V F                      c) F V V V
- d) F V F V                      e) V F F V

36 - Analise a forma verbal *pode* no texto e assinale a alternativa correta.

- a) O verbo, que está no presente do indicativo, modaliza o enunciado, indicando possibilidade epistêmica.
- b) O verbo, no pretérito perfeito do indicativo, indica permissão no enunciado.
- c) O verbo está no presente do indicativo e forma uma locução verbal, denotando certeza.
- d) O verbo forma uma locução verbal com *ser alcançado*, dando ao enunciado o sentido de certeza.
- e) O verbo dá ao enunciado um sentido de segurança em relação ao que é dito após a locução verbal.

37 - O melhor sentido do advérbio *freneticamente*, no texto, é *de forma*

- a) desvairada                      b) rabugenta                      c) convulsiva
- d) agitada                          e) furiosa

38 - Assinale a alternativa em que a pontuação NÃO está correta (fragmentos retirados da Revista Jurídica Consulex, nº 244,15/03/07):

- Nesta coluna, em duas oportunidades, tratei do tema: nas edições de 05.05.05 e de 31.08.06, sob os títulos, respectivamente, “Flagrante Preparado e Argentino Algemado” e “As Algemas e a Inconsciência Jurídica”.
- A Consulex de 31 de janeiro deste ano de 2007, contém assunto interessante sobre o uso de algemas e constrangimento.
- Eis aí o anteprojeto, sujeito a chuvas e trovoadas, mas voltado à proteção das pessoas diante de diligências policiais escandalosas e impróprias.
- Não se diga que “bandidos”, violentos ou corruptos, não merecem qualquer consideração.
- A correta utilização das algemas não significa contemporizar com o crime, mas revela o equilíbrio da sociedade diante da patologia social.

39 - Assinale a alternativa em que todas as palavras são acentuadas seguindo as mesmas regras de “alguém, temível, resistência e crítica”.

- Parabéns, útil, constituía, caráter.
- Vêm, vítima, caía, jurídico.
- Armazém, título, aliás, imprópria.
- Reféns, têm, interrogatório, hipótese.
- Mantém-se, portátil, horário, Aristóteles.

40 - Assinale a alternativa em que pelos menos uma palavra está escrita de forma errada.

- Habilidoso, inchar, expectativa.
- Polpudo, erário, maçaneta.
- Disseminar, oleosa, vizível.
- Rejeição, discente, esteio.
- Beneficente, insólito, hegemonia.

41 - Segundo as regras da gramática normativa, a colocação do pronome oblíquo está ERRADA em:

- Acho que a sociedade não se esquecerá do que houve ali.
- Os moradores das favelas se tornaram reféns e nosso trabalho é resgatá-los.
- Deve-se levar em conta que, se a situação está ruim, sem a polícia seria pior.
- O que descobriu-se agora foi o quadro pintado a óleo.
- Porque não nos preocupamos com ciência, viramos o país da mentira.

Responda às questões 42 a 46, de acordo com o texto V.

Pela simplificação da linguagem jurídica: ninguém valoriza o que não entende

1 Reconhecer a necessidade de simplificação da linguagem jurídica é o primeiro passo para a real democratização e pluralização da Justiça. É de se observar que inúmeras críticas, recentemente, têm sido feitas à

5 atuação do Poder Judiciário no Brasil. Contudo, carece o Judiciário de melhores instrumentos de trabalho. A legislação nacional, além da técnica deficiente, é hoje de produção verdadeiramente caótica. Deficientes também são os instrumentos disponíveis ao Judiciário, porque já não se

10 aceita a tradicional liturgia do processo, o amor desmedido pelos ritos, que quase passaram a ter fim em si mesmos, numa inversão de valores.

É certo que a entrega da prestação jurisdicional não pode deixar de transitar por um processo, previamente

15 regrado com uma linguagem clara, sem margem à ambigüidade na interpretação. O devido processo legal é essencial para a legitimação da atividade judicial, mas esse processo deve ser caminho de realização da Justiça, não estorvo incompreensível e inaceitável.

20 Neste sentido, temos as seguintes sugestões para que tribunais e comarcas adotem uma linguagem mais compreensível: campanhas de simplificação da linguagem jurídica; a promoção de cursos de atualização da linguagem jurídica que integrem uma percepção simplificadora; criação

25 de revistas que contemplem peças jurídicas que contenham exemplos de expressões substituídas por alternativas mais simples. Dentre os referidos exemplos temos: “Pretório Excelso” por “Supremo Tribunal Federal”; “peça exordial” por “petição inicial”; “expert” por “perito”; “cônjuge sobrevivente”

30 por “viúvo”.

Portanto, a simplificação da linguagem jurídica passa a ser um instrumento fundamental, tanto para os Juizados Especiais quanto para a Justiça Tradicional, que oportuniza o acesso à Justiça e contribui, efetivamente, para a

35 compreensão do funcionamento e da atuação do Poder Judiciário como um todo. Afinal, ninguém valoriza o que não entende.

(Oriana Piske de Azevedo Magalhães Pinto, [WWW.jusnavigandi.com.br](http://WWW.jusnavigandi.com.br), acesso em 11/10/2007)

42 - Analise os artigos definidos no primeiro período do texto e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O uso do artigo feminino determina os substantivos.
- b) O artigo *a* determina Justiça e faz referência a um elemento presente na situação de comunicação.
- c) O uso de *a*, antecedendo *necessidade*, forma com esse substantivo um sintagma nominal.
- d) O artigo *o* precede o substantivo que vem acompanhado de numeral.
- e) O artigo antes de *democracia* denota que locutor e interlocutor conhecem o referente.

43 - Em "tribunais e comarcas adotem uma língua mais compreensível" (l.21-22), subentende-se que o adjetivo está no grau

- a) comparativo de superioridade, reforçando a idéia principal do texto.
- b) superlativo relativo de superioridade, particularizando linguagem.
- c) comparativo de superioridade, comparando-se tribunais com comarcas.
- d) superlativo relativo de superioridade, enfatizando as sugestões dadas.
- e) comparativo, enfatizando campanhas de simplificação da linguagem.

44 - Numere uma coluna de acordo com a outra, observando as relações semânticas entre as orações abaixo e suas antecedentes no texto.

- |                |  |
|----------------|--|
| (1) Conclusão  | ( ) Contudo carece o Judiciário de melhores instrumentos.          |
| (2) Causa      | ( ) ...porque já não se aceita a tradicional liturgia...           |
| (3) Oposição   | ( ) ...mas esse processo deve ser caminho de realização...         |
| (4) Finalidade | ( ) ...para que tribunais e comarcas adotem...                     |
|                | ( ) Portanto, a simplificação da linguagem jurídica passa a ser... |

A seqüência correta é:

- a) 3 1 3 4 2      b) 2 2 3 1 4      c) 3 2 3 4 1
- d) 1 2 3 4 4      e) 3 3 1 2 4

45 - Observando o uso dos advérbios *recentemente* (l.4), *verdadeiramente* (l.8) *previamente* (l.14) e *efetivamente* (l.34), indique que idéias são expressas por eles.

- a) *Recentemente* e *efetivamente* expressam momento anterior ao que foi dito nas linhas 4 e 34.
- b) *Previamente* e *verdadeiramente* indicam circunstância de tempo, relativa ao exposto nas linhas 14 e 8.
- c) *Verdadeiramente* e *efetivamente* expressam uma avaliação que passa pelo conhecimento do autor do texto.
- d) *Recentemente* e *previamente* denotam a maneira como a linguagem jurídica vai modificar-se.
- e) *Verdadeiramente* e *recentemente* têm o sentido de tempo relativo ao que foi exposto nas linhas 7 e 4.

46 - O pronome relativo *que* (l.24 e 33)

- a) tem como antecedentes *linguagem jurídica* e *Justiça Tradicional*, respectivamente, e exerce a função sintática de objeto direto.
- b) refere-se a *promoção de cursos* e *linguagem jurídica*, respectivamente, e funciona como objeto indireto.
- c) retoma, respectivamente, *cursos de atualização* e *simplificação da linguagem* e exerce a função de objeto direto.
- d) substitui *atualização da linguagem* e *juizados especiais*, respectivamente, e funciona como sujeito.
- e) tem como antecedentes, respectivamente, *cursos* e *instrumento* e funciona como sujeito.

47 - Assinale a alternativa cujas palavras são formadas pelo processo de derivação prefixal e/ou sufixal e têm relação direta com a idéia central do texto.

- a) Desmedido, incompreensível.
- b) Deficientes, disponíveis.
- c) Inaceitável, substituídas.
- d) Reconhecer, inúmeras.
- e) Deficiente, inversão.

48 - Leia as palavras abaixo e complete as lacunas com as letras adequadas.

En \_\_ ergada; perten \_\_ a; \_\_ ibridi \_\_ ação; va \_\_ alo.

- a) x, ss, \_\_, z, ç.      b) ch, s, h, s, ss.      c) ch, ç, h, s, ç.
- d) x, ç, h, z, ss.      e) x, ç, \_\_, z, ss.

49 - Identifique a alternativa que contém todas as palavras acentuadas corretamente.

- a) Cientificamente, tardía, intergêneros.
- b) Transferência, acessível, ínsita.
- c) Aérea, coêrente, nucléolos.
- d) Mórula, entropía, algébrico.
- e) Atômico, área, ideais.

50 - Assinale a alternativa que contém uma incoerência em relação ao que está sendo dito.

- a) Há noções, conceitos que são mais generalizados nas línguas do mundo e constituem aquilo que se busca pelo estudo dos universais lingüísticos.
- b) As citações de autores estrangeiros foram traduzidas no texto. Qualquer citação ou referência a pensamento de outros vem acompanhada do ano de publicação.
- c) Conhecer uma língua envolve automaticamente penetrar na maneira particular pela qual uma determinada cultura recorta o universo.
- d) A grande maioria dos exemplos é verídica e recolhida de língua falada; assim, as exceções não são indicadas no texto. É conveniente a sua numeração para facilitar a leitura.
- e) Os elementos lingüísticos são signos, são representações que nos informam sobre a maneira como os falantes vêem, interpretam as "coisas que estão no mundo".

51 - Em relação à regência verbal e nominal, o português brasileiro apresenta alguns usos que são diferentes do que a gramática normativa prescreve. Assinale a alternativa que apresenta um desses usos.

- a) Ao mudar a cor, Macunaíma segue para a cidade grande, onde vive incríveis aventuras na companhia dos irmãos.
- b) Assistir a um bom filme é sempre agradável e se esse filme aborda temática relativa à minha profissão é melhor ainda.
- c) Fazer um curso de Direito na UFCG implica em deslocamentos e mudança de residências para muitos estudantes.
- d) A prova do PSTV começa às 8 e termina às 11 horas; os candidatos só podem entregar a prova respondida a partir das 10 horas.
- e) Fez-se uma análise dos apartes que foram implícita ou explicitamente concedidos pelos advogados, na situação discursiva.

Responda às questões 52 a 58 de acordo com o texto VI.

1 Tudo o resto, toda aquela história de casamento, toda aquela história de aluguel de carro, toda aquela história de testemunha, de jogo do bicho, de parente, de vizinho, se estava ou não estava, se atirou por entre as grades, ou se  
5 atirou de fora do portão, ou dentro do portão, não altera a situação do homicídio. Não foi também alterado pelo Tribunal, não foi modificado pelo Tribunal. O Tribunal, segundo acórdão de folhas 228, determinou que outro julgamento fosse feito, porque teria um quesito a ser formulado ao Conselho de  
10 Sentença. O quesito de legítima defesa própria. E aí, me perdoe quem entenda de forma diferente, mas se Vossas Excelências observarem os quesitos formulados, à folha 185, a indagação, sobre a legítima defesa putativa, legítima defesa putativa é aquela em que, no caso, o réu, aquele que está  
15 sendo julgado, supunha que estava sendo agredido, ou na eminência de vir a sê-lo.

Então, é uma figura da fantasia, ou da imaginação do réu, do autor do homicídio. Ele supunha a agressão. A legítima defesa própria não pode supor uma agressão. *Ele  
20 deve estar sendo agredido*, pra ele reagir a essa agressão. Então, uma simples oposição de um fato, e do outro, onde em um ele alega que está sendo agredido, e numa outra tese que ele supunha estar sendo agredido, já é uma mentira, já são conflitos entre as duas teses.

(FAGUNDES, Valda. *O discurso no júri*. São Paulo: Cortez, 1987, p.32)

52 - Considerando essa situação em que o representante do Ministério Público (MP) faz a acusação, em um júri ocorrido em Blumenau (SC), analise as alternativas observando a língua falada e o registro lingüístico.

- a) O locutor se expressa de forma um tanto descuidada, incompatível com a situação comunicativa em questão.
- b) O uso de pronome de tratamento e de termos próprios do domínio jurídico indica o estilo formal em que o discurso foi pronunciado.
- c) O registro lingüístico está adequado à situação comunicativa, pois se trata do uso da língua falada.
- d) As escolhas lingüísticas do representante do MP comprovam que, por ocasião do júri, os advogados não podem usar um nível de língua elevado.
- e) O registro lingüístico desse fragmento de discurso é influenciado pelo público que presencia o júri.



53 - Assinale a alternativa em que o fragmento apresentado pode ser tomado como um dado que reforça a idéia central do texto V.

- a) ...legítima defesa putativa, legítima defesa putativa é aquela em que, no caso, o réu, aquele que está sendo julgado... (l.13-15)
- b) A legítima defesa própria não pode supor uma agressão. (l.18-19)
- c) E aí, me perdoe quem entenda de forma diferente, mas se Vossas Excelências observarem os quesitos formulados... (l.10-12)
- d) Não foi também alterado pelo Tribunal, não foi modificado pelo Tribunal. (l.6-7)
- e) Ele deve estar sendo agredido, pra ele reagir a esta agressão. (l.19-20)

54 - "Então", nas linhas 17 e 21, explícita, respectivamente, no processo de argumentação, a idéia de:

- a) Conclusão e continuidade do texto.
- b) Tempo e conclusão.
- c) Continuidade do texto e tempo.
- d) Tempo de continuidade do texto.
- e) Conclusão e conclusão.

55 - Assinale o fragmento que contém uma palavra inadequada, distorcendo o sentido do que está sendo dito.

- a) O Tribunal, segundo acórdão de folhas 228, determinou que outro julgamento fosse feito.
- b) sendo agredido, ou na eminência de vir a sê-lo.
- c) porque teria um quesito a ser formulado ao Conselho de Sentença.
- d) é uma figura de fantasia, ou da imaginação do réu.
- e) Então, uma simples oposição de um fato, e de outro...

56 - Em "vir a sê-lo" (l.16), a forma pronominal "lo" retoma

- a) réu.
- b) quesitos formulados.
- c) ser agredido.
- d) sendo julgado.
- e) legítima defesa.

57 - Assinale a alternativa em que a gradação, recurso expressivo da linguagem, foi utilizada em prol da acusação do MP.

- a) Tudo o resto, toda aquela história do casamento, toda aquela história do aluguel de carro...
- b) Se atirou por entre as grades, ou se atirou de fora do portão, ou dentro do portão.
- c) Não foi também alterado pelo Tribunal, não foi modificado pelo Tribunal.
- d) Então, é uma figura da fantasia, ou da imaginação do réu, já é uma mentira.
- e) Ele deve estar sendo agredido, pra ele reagir a esta agressão.

58 - A repetição do pronome indefinido no início do texto

- a) reforça a idéia do MP de que as informações dadas não descaracterizam o crime ocorrido.
- b) constata a argumentação em favor do réu.
- c) comprova o uso informal da linguagem esperado para essa situação.
- d) demonstra o empenho do Tribunal em julgar sem pressões externas.
- e) exemplifica o discurso contundente do MP.

59 - Assinale a alternativa em que todas as palavras estão escritas corretamente.

- a) Pertubado – discussão.
- b) Persuasão – concessão.
- c) Injerir – exceder.
- d) Permissão – compreencivo.
- e) Pespectiva – espectativa .

60 - Assinale a alternativa em que as palavras estão flexionadas no plural de forma correta.

- a) Papelsinhos – os nós.
- b) Anãos – guardas-roupas.
- c) Quaisquer – campi universitários.
- d) Intenções – palavras-chaves.
- e) Auto-ajudas – perfils.

RASCUNHO